

Observatório da Oposição

2025

1º DE SETEMBRO • RELATÓRIO SEMANAL Nº 100

Edição comemorativa:
ROP nº 100

SENADOR
**ROGÉRIO
MARINHO**

SENADOR ROGÉRIO MARINHO
LIDERANÇA DA OPOSIÇÃO NO SENADO FEDERAL
ANEXO II, ALA FILINTO MULLER, GABINETE 6 - TEL.: (61) 3303 1221

**EVAIR
DE MELO**

DEPUTADO FEDERAL
Vice-líder da oposição

Carta aberta ao leitor

Chegamos ao **Relatório da Oposição nº 100**. Uma marca histórica que traduz o esforço contínuo de nossa liderança em oferecer ao Parlamento e à sociedade um instrumento sólido, transparente e estratégico de análise política.

Foram **623 artigos elaborados ao longo de dois anos e meio de trabalho**, fruto da dedicação de uma equipe enxuta, mas altamente qualificada, que se especializou na avaliação das mais diversas políticas públicas setoriais.



Desde o início, nosso propósito foi claro: o ROP não nasceu para competir com os grandes veículos de comunicação em busca de manchetes ou furos de reportagem. Nossa missão sempre foi diferente — e mais profunda. Cada relatório carrega uma **avaliação criteriosa e fundamentada**, construída sob múltiplos prismas: econômico, fiscal, legal, político, estatístico, social e ambiental. Esse olhar abrangente nos permitiu ir além do que circula nas redes sociais ou nas páginas dos jornais, oferecendo análises que realmente subsidiam a atuação parlamentar da oposição.

Os relatórios semanais tornaram-se, assim, **ferramentas indispensáveis**: dão suporte a discursos no plenário, orientam proposições legislativas e embasam instrumentos jurídicos que buscam conter excessos e corrigir equívocos do governo federal. Mais do que registrar os fatos, o ROP cumpre a função de transformá-los em conhecimento aplicado, que fortalece a boa política e o exercício da oposição responsável.

O ROP 100 simboliza, portanto, não apenas a continuidade de um trabalho, mas o compromisso renovado com a verdade, a técnica e a democracia. Seguiremos firmes, lado a lado com aqueles que acreditam que o Brasil precisa de responsabilidade, seriedade e transparência para construir um futuro melhor.

Brasília, setembro de 2025.

Senador Rogério Marinho

Líder da Oposição no Senado Federal

1

Página

LINHA DO TEMPO

Os principais momentos, marcos políticos e econômicos analisados ao longo dos 99 relatórios

01

2

DESTAQUES TEMÁTICOS

Balanco temático, destacando os assuntos mais recorrentes e de maior impacto para a vida nacional

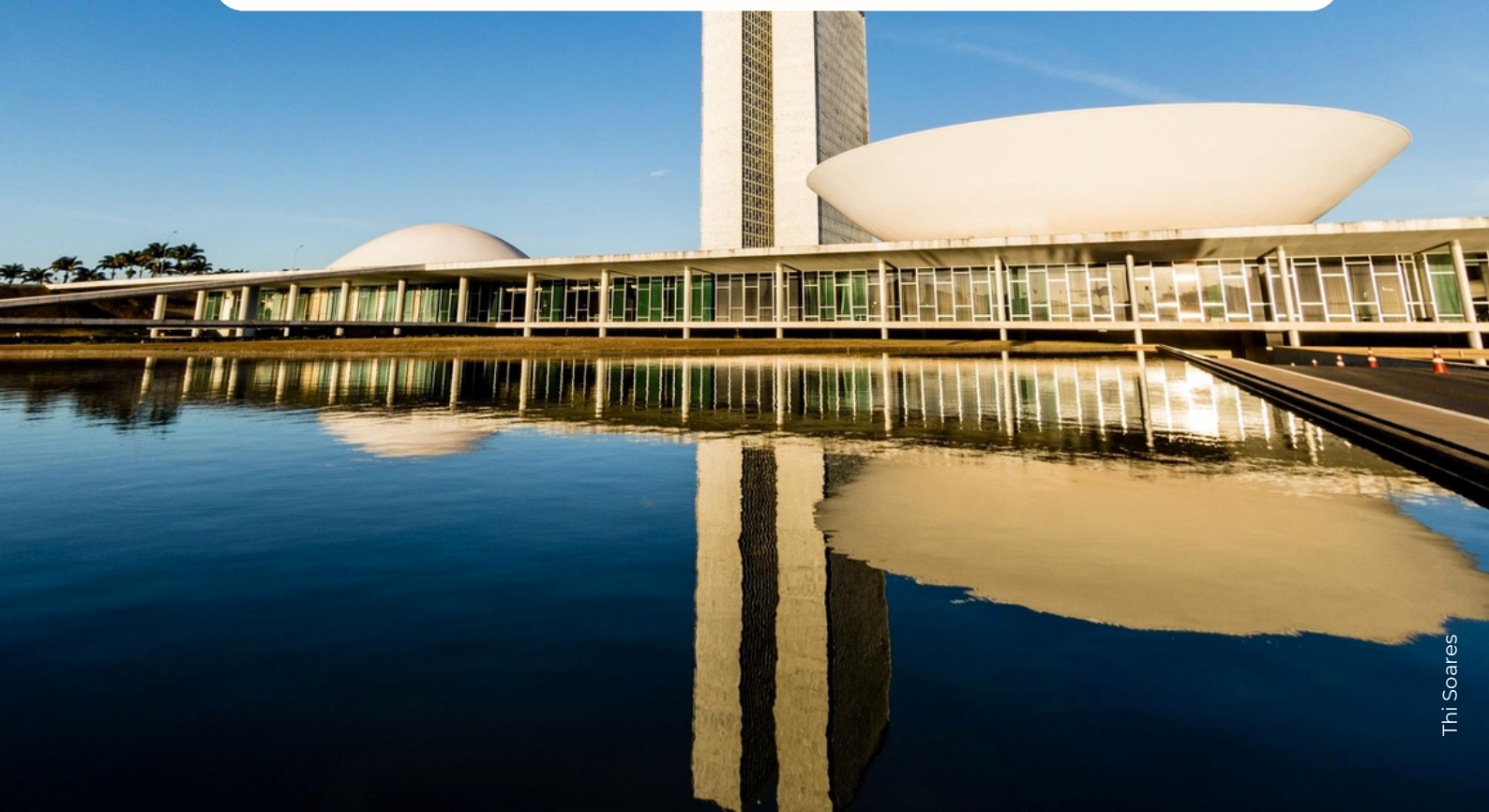
29

3

ANÁLISE DA APRESENTAÇÃO INTERMINISTERIAL DO GOVERNO

O ministro Rui Costa apresentou documento marcado por mentiras, omissões e recortes tendenciosos sobre a real situação do país

55



LINHA DO TEMPO

A linha do tempo do ROP 100 é um registro histórico da atuação da oposição nos últimos dois anos e meio. Ela resgata, de forma organizada e cronológica, os principais marcos políticos, econômicos e sociais analisados em nossos relatórios semanais, permitindo ao leitor visualizar a sequência de acontecimentos e compreender como cada decisão do governo impactou o país:

ECONOMIA

TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA

POLÍTICA

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

AGRO E MEIO AMBIENTE

SAÚDE

EDUCAÇÃO

TRABALHO E EMPREGO

CULTURA

ROP 1 - 23/04/2023

Retorno das invasões de terras

MST invade áreas da Embrapa e fazendas; governo troca superintendentes do Incra para acomodar membros do movimento. FPA registra 56 invasões logo no início do ano.

[READ MORE](#)


AGRO E MEIO AMBIENTE

ROP 2 - 30/04/2023

Saneamento básico

Decreto de Lula no saneamento traz insegurança jurídica para investir e pode adiar água e esgoto para os mais pobres.

[READ MORE](#)


POLÍTICA

ROP 5 - 22/05/2023

Revogação de norma de licenciamento em terras indígenas

Governo revoga norma que permitia indígenas obterem licenciamento, restringindo crédito e produção.

READ MORE >>



ROP 6 - 29/05/2023

Arcabouço fiscal

Oposição mostra que arcabouço fiscal não estabiliza a dívida e aumenta gastos no país.

READ MORE >>



ROP 7 - 04/06/2023

PIB do Agro impulsiona economia

Agro cresce 21,6% no 1º tri/23 e salva PIB nacional. Representa 24,8% do PIB e 47,6% das exportações, mas Lula segue hostil ao setor.

READ MORE >>



ROP 9 - 19/06/2023

Estreitamento da relação Brasil-Venezuela

Brasil assina acordo que prevê troca de informações sigilosas com a Venezuela

READ MORE >>



ROP 13 - 14/07/2023

Conab aparelhada

Governo altera estatuto da Conab para nomear filho de fundador do MST sem requisitos técnicos.

READ MORE >>



ROP 13 - 14/07/2023

Aparelhamento das Estatais e Fundos de Pensão

Corrupção e prejuízos bilionários: a manipulação das Estatais e Fundos de Pensão pelo PT estão de volta.

READ MORE >>



ROP 14 - 07/08/2023

CNJ trava reintegrações

Resolução 510 desrespeita a Constituição, cria comissões fundiárias e impede reintegrações de posse.

READ MORE >>



ROP 16 - 21/08/2023

INCRA fragiliza regras para criação de assentamentos

IN 132 do Incra: Nova regra extingue pré-cadastro e flexibiliza assentamentos, entregando mais poder ao MST.

READ MORE >>



ROP 17 - 28/08/2023

Reforma tributária

Apontamos as omissões do governo em "limar" exceções na reforma tributária, o que resultou na maior alíquota de IVA do mundo.

READ MORE



ECONOMIA

ROP 17 - 28/08/2023

Contribuição sindical

Governo dá início a tentativa de ressuscitar a Contribuição Sindical Obrigatória.

READ MORE



TRABALHO E EMPREGO

ROP 18 - 04/09/2023

Arcabouço fiscal

"O futuro a Deus pertence": governo já sabia que metas eram inverossímeis à época da promulgação do arcabouço fiscal.

READ MORE



ECONOMIA

ROP 20 - 18/09/2023

Regularização fundiária no limbo

Decreto 11.688: Impossibilita titulação de pequenos produtores e trata imóveis como florestas públicas.

READ MORE



AGRO E MEIO AMBIENTE

ROP 21 - 25/09/2023

Alteração das metas climáticas (NDCs)

Marina Silva eleva compromissos climáticos sem base técnica, transferindo ônus ao agro.

[READ MORE](#)

ROP 22 - 02/10/2023

Piso salarial da enfermagem

Governo questiona aplicação do piso da saúde em razão do arcabouço e tenta retirar R\$ 15 bilhões do setor para cobrir rombo nas contas.

[READ MORE](#)

ROP 29 - 20/11/2023

Governo legitima invasões de terras

Ministro defende crime de invasão: Paulo Teixeira chama invasões de "legítimas", afrontando Constituição e lei agrária.

[READ MORE](#)

ROP 29 - 20/11/2023

Trabalho aos domingos e feriados

Governo prejudica setores de comércio e serviços e cancela portaria que permitia trabalho aos domingos e feriados.

[READ MORE](#)


ROP 30 - 27/11/2023

Trabalho aos domingos e feriados

Após denúncia da oposição, governo cancela portaria desastrosa que impedia trabalho aos domingos e feriados neste final do ano.

READ MORE >>

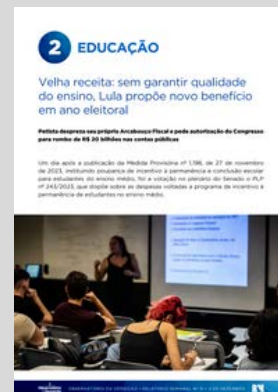


ROP 31 - 04/12/2023

Programa Pé-de-Meia

Velha receita: sem garantir qualidade do ensino, Lula propõe novo benefício em ano eleitoral.

READ MORE >>



ROP 33 - 18/12/2023

Aumento da carga tributária

MP das Subvenções de investimento é apresentada em meio a queda de investimentos no país.

READ MORE >>



ROP 33 - 18/12/2023

Novo Ensino Médio

Recusa do governo em implementar o novo ensino médio deixa 8 milhões de estudantes no limbo.

READ MORE >>



ROP 34 - 15/01/2024

Lei Rouanet

Governo afrouxa regras e autoriza a liberação de R\$ 16,7 bi para Lei Rouanet, mesmo com corte de verbas para Saúde, Educação e Segurança

READ MORE



CULTURA

ROP 35 - 29/01/2024

Petrobrás

Lula planeja gastar mais R\$ 8 bi com obra da Refinaria Abreu e Lima, símbolo da corrupção do PT.

READ MORE



TRANSPARENCIA E GOVERNANÇA

ROP 35 - 29/01/2024

Ideologia na educação

CONAE 2024 prioriza pautas ideológicas, que definirá a política da educação para os próximos 10 anos.

READ MORE



EDUCAÇÃO

ROP 36 - 05/02/2024

Rombo fiscal

Brasil fecha 2023 com rombo de R\$ 230 bilhões nas contas.

READ MORE



ECONOMIA

ROP 36 - 05/02/2024

Estrangulamento do Seguro Rural

Corte de recursos do PSR. Vetada blindagem contra contingenciamento. Governo aposta em renegociação de dívidas em vez de gestão de risco.

READ MORE >>



ROP 37 - 19/02/2024

Fundos de Pensão

Omissão de diretores ligados ao PT pode gerar rombo de R\$ 3,5 bi em fundos de pensão da Petrobras e da Caixa.

READ MORE >>



ROP 37 - 19/02/2024

Corrupção

Índice de Percepção de Corrupção sobe no país. 1 ano depois, índice tem outra piora e governo o chama de "conversa de bar"

READ MORE >>



ROP 39 - 04/03/2024

Nova Indústria Brasileira

Retorno das 'campeãs nacionais' e do modelo de Dilma: subsídios e crédito subsidiado. Pacote de R\$300 bi até 2026.

READ MORE >>



ROP 39 - 04/03/2024

Saque-aniversário do FGTS

Governo Lula penaliza os mais pobres com fim do saque-aniversário do FGTS.

READ MORE >>



ROP 40 - 11/03/2024

Petrobrás

Petrobras manipula preços de insumos e ameaça quebrar refinarias privadas.

READ MORE >>



ROP 41 - 18/03/2024

Novo PAC

Manobra de Lula para turbinar Novo PAC provoca perda de R\$ 55 bi na Petrobras.

READ MORE >>



ROP 42 - 25/03/2024

Móveis "sumidos" do Palácio do Planalto

Lula e Janja usam falsa denúncia de roubo de móveis e compram novos móveis sem licitação.

READ MORE >>



ROP 43 - 01/04/2024

Saque-aniversário do FGTS

Projeto de Lula reduz ganhos de motoristas de aplicativo para aumentar arrecadação do governo.

READ MORE >>



ROP 44 - 08/04/2024

Ideologia na educação

Cortes de bolsas de pesquisa do CNPq, totalizando R\$ 310 milhões, gera protestos entre pesquisadores ameaçando a ciência brasileira.

READ MORE >>



ROP 44 - 08/04/2024

Dengue

Governo reduziu verba para campanhas contra a dengue, em 2024, em meio a alta histórica de casos e mortes pela doença.

READ MORE >>



ROP 45 - 15/04/2024

A volta do DPVAT

Alerta de que a volta do DPVAT penaliza mais pobres para aumentar arrecadação.

READ MORE >>



ROP 46 - 22/04/2024
Greve do ensino

Greve histórica instituições federais de ensino, frente a não priorização do governo.

[READ MORE >>](#)


EDUCAÇÃO

ROP 48 - 06/05/2024
Itaipu

Governo 'esconde' obras eleitoreiras no orçamento de Itaipu e repassa custos exorbitantes para a conta de luz dos brasileiros.

[READ MORE >>](#)


TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA

ROP 49 - 13/05/2024
Petrobrás

Após prejuízo de R\$ 40 bi, Petrobras tenta concluir projeto inviável do Comperj, agora com novo nome.

[READ MORE >>](#)


TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA

ROP 50 - 20/05/2024
Taxação das blusinhas

Quebra de promessa por parte do governo sobre "taxa das blusinhas".

[READ MORE >>](#)


ECONOMIA

ROP 51 - 27/05/2024

Voa Brasil

Apontam-se as falhas e os adiamentos recorrentes do programa "Voa Brasil".

READ MORE >>



ECONOMIA

ROP 51 - 27/05/2024

Escândalo do arroz

Propaganda ilegal: Governo libera R\$ 7,2 bi para importar arroz, mesmo com estoque nacional suficiente. Conab usa embalagens com slogan político.

READ MORE >>



AGRO E MEIO AMBIENTE

ROP 53 - 10/06/2024

Cadastro Ambiental Rural (CAR)

Colapso no CAR: Apenas 0,01% dos imóveis regularizados; SICAR travado com 6 milhões de cadastros parados.

READ MORE >>



AGRO E MEIO AMBIENTE

ROP 53 - 10/06/2024

Redução de metas?

Para garantir R\$ 34 milhões em bônus a servidores de seu ministério, Marina Silva reduz metas ambientais que ela própria já considerava insuficientes.

READ MORE >>



AGRO E MEIO AMBIENTE

ROP 53 - 10/06/2024

Escândalo do arroz

Leilão bilionário de arroz fracassa: Conab deve entregar R\$ 1,3 bi a empresas sem experiência. Falta de concorrência e risco de calote lembram práticas da Venezuela.

READ MORE >>



ROP 53 - 10/06/2024

MST no Plano Safra

Governo atropela Congresso e inclui MST na elaboração do Plano Safra da Agricultura Familiar.

READ MORE >>



ROP 54 - 17/06/2024

Escândalo do arroz

Governo anula compra de 263 mil t após denúncias de fraude. Secretário admite que produção interna já era suficiente. CGU investiga favorecimento.

READ MORE >>



ROP 54 - 17/06/2024

Queimadas

Maior número em 20 anos, antes da estiagem: Amazônia (+92%), Cerrado (+31%), Pantanal (+1.127%). Governo sem plano, mesmo com El Niño previsto.

READ MORE >>



ROP 54 - 17/06/2024

Embargos ambientais

Instrução Normativa 8/2024:
Norma do Ibama extrapola
embargos, dificulta desembargo
de áreas e centraliza poder.

READ MORE >>



ROP 55 - 26/04/2024

Ataques ao Bacen

Em meio a ataques de Lula e do
PT ao Banco Central, diretores
nomeados pela atual gestão
votam por elevação dos juros.

READ MORE >>



ROP 57 - 08/07/2024

Plano Safra 24/25

Propaganda vs. realidade:
Anúncio de R\$ 400,59 bi: maioria
a juros livres. Juros altos, PSR
insuficiente (R\$ 1,16 bi).
Endividamento crescente do
produtor.

READ MORE >>



ROP 59 - 05/08/2024

Caixa Asset

Caixa Asset demite técnicos que
alertaram sobre operação suspeita
com Banco Master, expondo
conflitos e questionamentos
graves.

READ MORE >>



ROP 59 - 05/08/2024

Situação dos Yanomamis

Após aumento das mortes, governo Lula oculta dados sobre mortes e atendimentos médicos na Terra Indígena Yanomami.

READ MORE >>



SAÚDE

ROP 61 - 19/08/2024

Reforma tributária

Apontamentos sobre os erros e preocupações acerca da Reforma Tributária.

READ MORE >>



ECONOMIA

ROP 62 - 26/08/2024

MST discutindo paz no campo

Resolução 18/2024: MST chamado a definir diretrizes de “paz no campo”, apesar do aumento de invasões.

READ MORE >>



AGRO E MEIO AMBIENTE

ROP 63 - 02/09/2024

Queimadas

Governo transfere culpa ao Agro: Área queimada 65% maior que 2023. Governo culpa o agro sem provas; orçamento reduzido agrava crise.

READ MORE >>



AGRO E MEIO AMBIENTE

ROP 63 - 02/09/2024

Transição energética

Demagogia ambiental: Plano de Transição Energética privilegia petróleo/gás, amplia poder da ANP e incentiva indústria naval.

READ MORE >>



ROP 63 - 02/09/2024

FAT

Governo facilita acesso dos sindicatos a bilhões do FAT: trabalhadores ficam de lado.

READ MORE >>



ROP 65 - 16/09/2024

Crise fiscal

Discussão sobre o PLOA 2025 mostra que déficit zero só existe no papel.

READ MORE >>



ROP 66 - 23/09/2024

IBGE de Pochmann

Servidores do IBGE questionam gestão ideológica e autoritária de Márcio Pochmann.

READ MORE >>



ROP 66 - 23/09/2024

Assentamentos à deriva

Relatório da CGU: Apenas 6% dos 9.501 assentamentos foram consolidados. Lula favorece expansão de terras para o MST enquanto assentados permanecem abandonados.

READ MORE >>



ROP 66 - 23/09/2024

Desperdícios de vacinas

Ministério da Saúde protagoniza episódios de compras mal conduzidas, desperdícios de vacinas e falta de estoque.

READ MORE >>



ROP 67 - 30/09/2024

Petrobrás

Auditoria do TCU confirma mais irregularidades nas nomeações da Petrobras.

READ MORE >>



ROP 67 - 30/09/2024

Queimadas

Decreto Antifogo do governo endurece penas, mas ameaça punir produtores indevidamente. Perdas de R\$ 14,7 bi no Agro; só R\$ 240 mi alocados no orçamento, menos que ONGs.

READ MORE >>



ROP 67 - 30/09/2024

Lula na ONU

Um desastre diplomático.
Críticas a Israel e omissão em relação à Venezuela.

READ MORE >>



ROP 69 - 21/10/2024

Queimadas

PL 4.000/2024: Altera Lei de Crimes Ambientais com conceito vago de "dano climático". Pode criminalizar indevidamente produtores.

READ MORE >>



ROP 69 - 21/10/2024

Mais terras para o MST

R\$ 450 mi para novas terras:
Governo destina recursos à compra de terras para o MST enquanto negligencia assentamentos existentes.

READ MORE >>



ROP 70 - 29/10/2024

ONGs amigas

O governo liberou R\$ 8,3 milhões para ONGs ligadas ao PT e aliados, dentro do Programa Nacional dos Comitês de Cultura, que visa ampliar o acesso à cultura no Brasil.

READ MORE >>



ROP 73 - 18/11/2024
Adjudicação de imóveis rurais

Portaria AGU/MDA nº 4/2024:
 Governo ignora regras, impactos
 fiscais e fragiliza a segurança
 jurídica no campo

READ MORE


ROP 74 - 25/11/2024
Petrobrás

TCU identifica falhas graves no
 processo licitatório de Abreu e
 Lima.

READ MORE


ROP 75 - 09/12/2024
Correios à beira da insolvência

Estatual se aproxima de seu maior
 prejuízo da história, expondo o
 patrimônio público à má gestão, à
 ideologia e aos riscos financeiros.

READ MORE


ROP 77 - 23/12/2024
E continua a farra nos Correios

Apesar de registrar prejuízo de R\$
 2 bilhões no ano, a gestão petista
 autorizou R\$ 200 milhões em
 "vale-peru" da estatal.

READ MORE



ROP 77 - 23/12/2024

Como Lula se tornou campeão das queimadas

A negligência e a adoção de medidas controversas geraram insegurança jurídica e críticas sobre a gestão ambiental.

READ MORE >>



ROP 78 - 10/02/2025

Rombo na Previ

Nomeação política de Fukunaga resultou em déficit de R\$14 bi e prejuízos. Confirma aparelhamento sindical nos fundos de pensão.

READ MORE >>



ROP 78 - 10/02/2025

Rombo recorde nas Estatais

Criatividade sem limites, dinheiro sem controle: o rombo recorde nas Estatais com o PT.

READ MORE >>



ROP 78 - 10/02/2025

Regularização fundiária excludente

Portaria 1.309/25 exclui produtores de regularização fundiária na Amazônia e cria insegurança jurídica.

READ MORE >>



ROP 78 - 10/02/2025

Inflação dos alimentos

Brasil tem 5ª maior inflação do G20 (7,69%). Carnes +20,8%, picanha +8,7%. Governo reage com propostas intervencionistas.

READ MORE >>



ROP 78 - 10/02/2025

Funai com poder de polícia

O Decreto no 12.373/2025 ampliou ilegalmente o poder da Funai, permitindo ações como interdição de terras, apreensão de bens e até retirada compulsória de terceiros.

READ MORE >>



ROP 78 - 10/02/2025

Pé-de-Meia

Governo sofre derrota no TCU, que determina a suspensão e o bloqueio de R\$ 6 bilhões do programa Pé-de-Meia.

READ MORE >>



ROP 79 - 17/02/2025

Itaipu

Governo quer usar bônus destinado a consumidores de menor renda para pagar rombo de Itaipu causado pelo MME.

READ MORE >>



ROP 80 - 06/03/2025

Fake news de Haddad

Governo aborda narrativa de que não elevou tributos. Fala não poderia ser mais distante da realidade.

READ MORE >>



ECONOMIA

ROP 80 - 06/03/2025

Marketplace dos Correios

Correios prevê lançamento de marketplace para competir com gigantes varejistas.

READ MORE >>



TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA

ROP 80 - 06/03/2025

Petrobrás

Petrobras registra prejuízo e governo ignora impacto da tributação nos combustíveis.

READ MORE >>



TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA

ROP 80 - 06/03/2025

Suspensão do Plano Safra

Governo interrompe Safra 24/25 para evitar pedalada fiscal. Liberação emergencial de R\$ 4,1 bi cobre só 0,8% do plano. Safrinha em risco.

READ MORE >>



AGRO E MEIO AMBIENTE

ROP Especial - 10/03/2025
Inflação descontrolada

O Impacto da inflação na população: Entre o descontrole fiscal e o aumento da desigualdade.

[READ MORE](#)

ECONOMIA
ROP 81 - 17/03/2025
COP-30

Contrato da COP30 com a OEI: Governo firma contrato de R\$ 478 mi sem licitação; OEI ligada à primeira-dama. Denúncias de conflito de interesse.

[READ MORE](#)

TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA
ROP 81 - 17/03/2025
Comitês de cultura

Escândalo envolvendo o uso do aparato dos comitês de cultura por membros do PT no apoio à campanhas eleitorais.

[READ MORE](#)

CULTURA
ROP 83 - 31/03/2025
Correios

Correios selecionam agências com passado controverso para gestão de publicidade de R\$ 380 milhões.

[READ MORE](#)

TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA

ROP 83 - 31/03/2025

Petrobrás

TCU identifica indícios de direcionamento em licitação da Petrobras.

READ MORE >>



ROP 85 - 22/04/2025

Política fiscal

Análise da situação fiscal insustentável do país e da postergação do ajuste para 2027.

READ MORE >>



ROP 85 - 22/04/2025

Doação da Vale ao MST

Vale entrega 33 mil ha ao Incra em meio ao “Abril Vermelho”; operação de R\$ 535 mi, enquanto Lula pressiona por controle político da empresa.

READ MORE >>



ROP 85 - 22/04/2025

Tapete vermelho para a corrupção

Lula dá abrigo à ex-primeira-dama peruana condenada no escândalo Odebrecht.

READ MORE >>



ROP 86 - 05/05/2025
Desapropriação por queimadas

Ministro Flávio Dino atropela o Congresso e cria, por decisão judicial, nova hipótese de desapropriação rural.

READ MORE


ROP 87 - 12/05/2025
Lula celebra com ditadores

Lula participa de celebração militar na Rússia ao lado de ditadores e coloca diplomacia brasileira em xeque.

READ MORE


ROP 88 - 19/05/2025
Crise dos Correios

Mostra-se o cenário de grave deterioração das contas dos Correios.

READ MORE


ROP 88 - 19/05/2025
Situação do licenciamento ambiental

Com perda de eficiência do sistema federal, licenciamento ambiental de empreendimentos cai 20% sob gestão de Marina Silva.

READ MORE



ROP 90 - 02/06/2025

Isolamento de Marina Silva

Isolada e inflexível, Marina Silva perde apoio até dentro do governo Lula ao travar obras estratégicas para o país.

READ MORE >>



ROP 91 - 09/06/2025

Distorções no SUS

Governo cria distorções no SUS e amplia volume de renúncia de receitas pelos próximos cinco anos, com a criação do programa Agora tem Especialistas.

READ MORE >>



ROP 91 - 09/06/2025

Fracasso da política agrícola de Lula

Explosão de recuperações judiciais expõe o fracasso da política agrícola.

READ MORE >>



ROP 92 - 16/06/2025

Populismo fiscal

Governo aposta em uma multiplicação de benefícios, renúncias e transferências mesmo em cenário fiscal deteriorado.

READ MORE >>



ROP ESPECIAL - 23/06/2025
Política econômica

Política econômica do governo tem retrovisor maior que para-brisas. Dívida, juros e descontrole fiscal são marca da atual gestão.

[READ MORE](#)

ECONOMIA
ROP 93 - 30/06/2025
Estatais

Reativada por Lula, Ceitec acumula prejuízo milionário e receitas módicas.

[READ MORE](#)

TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA
ROP 95 - 28/07/2025
Plano Safra 25/26

O fim da política agrícola: Como o governo Lula escolheu desmontar o Agro brasileiro.

[READ MORE](#)

AGRO E MEIO AMBIENTE
ROP 95 - 28/07/2025
PT quebrou os Correios

Correios: crônica de um desastre há muito anunciado.

[READ MORE](#)

TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA

ROP 95 - 28/07/2025

Lei Rouanet

Cai por terra a falácia do uso da Rouanet como vetor da cultura para além dos grandes centros.

READ MORE >>



CULTURA

ROP 95 - 28/07/2025

Desvios no Farmácia Popular

A indulgência do governo com o desvio de recursos públicos do Farmácia Popular.

READ MORE >>



SAÚDE

ROP 98 - 18/08/2025

MP do Tarifaço

Jabutis mostram que o objetivo da medida é turbinar gastos e aprofundar agenda desenvolvimentista.

READ MORE >>



ECONOMIA

ROP 99 - 25/08/2025

Plano Clima imposto

Governo apresenta Plano Clima inflando artificialmente as responsabilidades do Agro, reforçando o aparelhamento do MMA.

READ MORE >>



AGRO E MEIO AMBIENTE

DESTAQUES TEMÁTICOS

Reunimos os assuntos que mais marcaram a política nacional ao longo dos últimos dois anos e meio. São temas recorrentes ou de grande impacto analisados sob diferentes prismas e sempre com base técnica. Essa seleção permite identificar padrões, contradições e consequências das ações do governo, oferecendo ao leitor uma visão clara dos pontos centrais que mobilizaram a oposição e afetaram diretamente a vida dos brasileiros.





ECONOMIA

Análise sobre a questão fiscal no governo Lula III

Não é com satisfação que se vê a confirmação de tantos alertas que mostravam a insustentabilidade fiscal do país. Desde a aprovação da PEC da Transição, que elevou de imediato a base de despesas em R\$ 145 bilhões, já estava claro que qualquer regra fiscal da atual gestão viria para validar uma expansão permanente e eleitoreira das despesas.

Os diagnósticos da Liderança da Oposição - e de muitos outros analistas - indicaram que a regra do arcabouço fiscal não passava de uma maquiagem criada para dar verniz de responsabilidade enquanto abria espaço para mais gastos permanentes sem a devida compensação. Com uma base de despesas infladas e um crescimento real de gastos garantido, o governo optou por adiar qualquer ajuste enquanto pode aprovar uma agenda arrecadatória que coloca a carga tributária brasileira consideravelmente acima do patamar dos países emergentes.



Apesar de reconhecer a inviabilidade da situação atual, a gestão Lula III tentou sustentar a narrativa de que os problemas fiscais se originaram na gestão anterior. Como se a gestão que entregou o país com dois superávits estruturais consecutivos fosse o fator central da deterioração. Mas, enquanto culpava o passado, foi a atual gestão que multiplicou pisos constitucionais, ampliou subsídios e crédito, aumentou salários, reabriu programas custosos, retomou um PAC ineficiente, expandiu gastos com viagens e publicidade de forma irrazoável e deteriorou a situação fiscal das empresas estatais. A retórica da terceirização da culpa serviu para mascarar o verdadeiro problema: o descontrole atual. O resultado é um arcabouço fiscal nascido com furos, dependente de receitas extraordinárias e de truques contábeis para fechar as contas.

A incoerência fiscal se torna ainda mais evidente quando se observa o movimento recente da política econômica. O governo retirou quase R\$ 390 bilhões da meta, ao mesmo tempo em que promoveu medidas arrecadatórias que adicionaram R\$ 430 bilhões de receita. O resultado líquido desse processo não poderia ser diferente: a permanência de déficits significativos é consequência direta das escolhas da atual gestão. Não se trata, portanto, de herança passada, mas de uma estratégia que ampliou despesas de forma descontrolada e buscou compensar o desequilíbrio com alta carga tributária.

Desequilíbrio este que é alimentado por recorrentes ardis. O governo buscou o judiciário para todo tipo de despesa da meta, empurrou gastos para fundos e estatais, inflou projeções de arrecadação com base em operações não recorrentes e pouco críveis, subestimou despesas previdenciárias e do BPC, e instituiu interpretação de que só deve contingenciar no limite inferior da meta, o que retira toda a flexibilidade e lógica da criação da banda de tolerância do primário.

Mesmo com tantos truques, a deterioração fiscal é tão evidente que a administração vem apelando para medidas arrecadatórias cada vez mais agressivas, como foi o aumento do IOF. E com isso vemos todo mês algum recorde de arrecadação, mas nunca vemos contas que fecham sem algum ilusionismo.

Diante disso, até integrantes do próprio governo reconhecem a inviabilidade do arcabouço, como se viu na fala da Ministra Tebet sobre a impossibilidade de se governar o país com esse arcabouço fiscal a partir de 2027. Trata-se da confirmação de que a regra não resiste a uma legislatura completa e se tornará inútil antes mesmo de consolidar seus efeitos prometidos.

A expansão fiscal foi acompanhada de uma multiplicação de linhas de crédito barato e subsídios, em um movimento semelhante ao da chamada Nova Matriz Econômica. O objetivo é impulsionar artificialmente o crescimento no curto prazo, oferecendo uma sensação de dinamismo e recuperação similar à vivida em 2014. Mas os efeitos colaterais surgem: pressão inflacionária, aumento da inadimplência e endividamento crescente de famílias e empresas. O que aparece como ganho conjuntural se transforma em desequilíbrio estrutural, repetindo uma fórmula já testada e fracassada pelos mesmos atores em um passado não tão distante.

O mais grave é que o governo parece ignorar todos os sinais de alerta. A dívida bruta cresce de forma consistente, os juros permanecem elevados e a credibilidade das metas se esvai. O mercado, os organismos internacionais, a IFI e até órgãos internos do governo já projetam que a dívida brasileira se aproximará dos cem por cento do PIB até o fim da década. Não é um acidente: é a consequência direta do descontrole que foi apontado desde o início.

O ciclo se fecha de forma previsível. Primeiro, aumenta-se a despesa com a promessa de que a arrecadação virá. Depois, quando a arrecadação não é suficiente, criam-se medidas de curtíssimo prazo para extrair recursos do setor privado e inflar ainda mais as receitas. Ao mesmo tempo, inventam-se manobras para tirar despesas da meta. E, quando tudo isso falha, resta apenas a confissão de que a regra não é sustentável.

Essa trajetória não é surpresa. É a confirmação, ponto a ponto, dos alertas feitos desde 2023. Agora, quando a crise se mostra inescapável, fica evidente que não se trata de herança passada, mas sim de escolhas presentes que agravam o quadro fiscal e empurram o país para uma situação de risco crescente.



2

TRANSPARÊNCIA E
GOVERNANÇA

A Manipulação das Estatais Brasileiras: Corrupção e Prejuízos Bilionários

Quem se lembrava do Mensalão e do Petrolão já esperava o pior para as estatais brasileiras com a volta do PT ao poder. Os petistas não se constrangeram, já no primeiro ano, a propor déficit primário bilionário para as estatais e a exclusão de gastos do PAC desse cálculo. Introduziram uma política de preços de combustíveis e de investimentos que penaliza o caixa da Petrobrás. Quebraram os Correios em dois anos. Por fim, resolveram tirar gastos das estatais dependentes do orçamento.

Entre 2023 e 2025, o cenário das estatais brasileiras foi marcado por uma série de episódios que evidenciam a reincidência de práticas de aparelhamento político, má gestão e prejuízos bilionários. A atuação do PT reacendeu preocupações sobre a governança de empresas como a Petrobras, os Correios, a Caixa, o Banco do Brasil, Itaipu (como eles sentem falta da Eletrobras!), bem como, sobre a governança dos fundos de pensão.

A Petrobras, maior estatal do país, foi protagonista de diversos fatos preocupantes. A retomada de obras como a Refinaria Abreu e Lima (RNEST) e o Comperj (renomeado GasLub) trouxe à tona o histórico de superfaturamento, fraudes e ineficiência. A RNEST, já considerada a refinaria mais cara do mundo, recebeu novo aporte de R\$ 8 bilhões, enquanto o Comperj, alvo da Lava Jato, segue sem conclusão desde 2012. Além disso, a empresa foi acusada de manipular preços de insumos,



PETROBRAS
REFINARIA LUBRIFICANTES E DERIVADOS DO NORDESTE

prejudicando refinarias privadas e comprometendo a competitividade do setor. A interferência política na gestão, como o adiamento da distribuição de dividendos para financiar o Novo PAC, resultou em uma perda de R\$ 55 bilhões em valor de mercado, levantando suspeitas de abuso de poder e manipulação de mercado.

Os Correios enfrentaram uma crise sem precedentes. Em 2024, a estatal registrou um prejuízo de R\$ 2,6 bilhões, quadruplicando o prejuízo do ano anterior. A gestão foi marcada por medidas controversas, como o lançamento de um marketplace em meio à instabilidade financeira, patrocínios milionários, e denúncias de favorecimento político. O fundo de pensão Postalís, já afetado por má gestão na era Dilma Rousseff, acumulou um rombo de R\$ 9,1 bilhões, parcialmente coberto com descontos no 13º salário dos trabalhadores. A situação se agravou com atrasos salariais, inadimplência tributária e suspeitas de uso político da estatal. Os Correios, em 2025, carregam um patrimônio líquido negativo de R\$ 6 bilhões.

Itaipu também foi alvo de críticas. A hidrelétrica apresentou o custo por MWh mais alto entre as usinas brasileiras, três vezes superior à média. O orçamento foi inflacionado por obras classificadas como “projetos socioambientais”, como estradas e aeroportos, que beneficiaram aliados políticos. Além disso, o governo tentou utilizar bônus destinados a consumidores de baixa renda para cobrir erros de cálculo no acordo Brasil-Paraguai, gerando indignação por prejudicar os mais vulneráveis.

Os fundos de pensão, como Previ, Funcef e Petros, sofreram com déficits bilionários e baixa rentabilidade. A nomeação de dirigentes ligados ao PT reacendeu temores sobre a politização da gestão. A Previ, por exemplo, registrou um déficit de R\$ 14 bilhões em 2024, com rendimento de apenas 1,58%. A suspensão de acordos de leniência e a omissão das diretorias frente a decisões judiciais agravaram a situação, colocando em risco a aposentadoria de milhares de trabalhadores.

Em síntese, o período foi marcado por uma série de retrocessos na gestão das estatais brasileiras, com prejuízos financeiros, perda de credibilidade institucional e aumento do risco político. A reincidência de práticas que já haviam sido amplamente denunciadas em gestões anteriores revela a necessidade de derrotar o PT em 2026.

3

SAÚDE

Ações na área da saúde mostram o quanto o governo tem o setor como prioridade. Quando da aprovação do novo arcabouço fiscal, revogou-se o teto de gastos, restabelecendo os pisos da Saúde e da Educação. Vinculados à porcentagem da Receita Corrente Líquida. Em outubro de 2023, o governo chegou a questionar o TCU sobre a necessidade de cumprimento do piso da saúde. O líder do PT na Câmara chegou a apresentar proposta para retirar cerca de R\$ 15 bilhões da área.

Falhas na condução do enfrentamento da epidemia de dengue. Uma das maiores da história brasileira. Redução de verbas para campanhas e priorização de vacina ainda sem aprovação pela ANVISA foram medidas promovidas pelo governo. Em 2024, foram registrados 6.321 óbitos por dengue, com 6.563.561 casos prováveis.

O governo vem promovendo preocupante falta de imunizantes na rede pública e um apagão nas bases de informações que levam ao monitoramento da situação da distribuição de imunobiológicos aos estados. 6 em cada 10 cidades chegaram a relatar falta de vacinas contra doenças como meningite, sarampo, catapora e rubéola, além da Covid.



O Programa Farmácia Popular, considerado vitrine para o governo Lula, vem sofrendo vários revezes. Primeiro, com a falta da insulina humana NPH e Regular, ambas de apresentação em frasco. Depois, diante dos escândalos envolvendo lavagem de dinheiro e desvios milionários com esquemas de uso de empresas fantasmas, falsas prescrições e uso de CPF de pessoas inocentes envolvidas no esquema fraudulento.

O caso Yanomami é um capítulo a parte do governo Lula. Logo nos primeiros dias decretou emergência em saúde pública. Porém, pouco se viu de resultados. Aliás, o governo optou por omitir informações de saúde da população alvo. Informativos, que chegaram a ser diários, passaram a ser mensais e agora, o último publicado dá conta de um balanço de 2024. A falta de transparência levanta preocupações sobre a eficácia das medidas adotadas e a real situação da população indígena.



4

MEIO AMBIENTE

Aumento das queimadas

O Brasil registrou, em 2024, a **maior área queimada em 17 anos**, com **564 mil km² devastados**, número **62% maior** que em 2023 e **85% acima** do pior ano do governo Bolsonaro (2019). Todos os biomas foram atingidos de forma alarmante: Pantanal (+127%), Cerrado (+61%), Amazônia (+42%) e Mata Atlântica (+84%), totalizando **274 mil focos de incêndio**.

Desde junho de 2023, o INMET alertava para um **El Niño severo** em 2024, mas o governo Lula **não se preparou**. Na proposta orçamentária (PLOA 2024), solicitou apenas **R\$ 182 milhões** para prevenção e combate às queimadas – valor **20% menor que o executado em 2023**. Quando os incêndios já estavam fora de controle, a ministra Marina Silva tentou responsabilizar o Congresso por um corte de apenas **3,8% (R\$ 7 milhões)**, ocultando que a insuficiência vinha da própria proposta do Executivo.



A reação do governo foi marcada por improviso e excesso de propaganda:

- Anúncio tardio de recursos (somente em **26 de junho de 2024**);
- Criação da chamada **“Autoridade Climática”**, burocrática e sem efeito prático;
- Edição do **Decreto Antifogo**, que não diferencia uso acidental de criminoso, criminalizando até práticas legais de manejo;
- Apresentação do **PL 4000/2024**, com conceitos vagos de “dano climático”, ameaçando produtores rurais.

Ao invés de um plano preventivo, estruturado e coordenado, o governo preferiu **transferir culpas** (ao clima, ao agro, ao Congresso) e deixar a destruição avançar. O resultado foi consolidar o título de **“campeão das queimadas”**, colocando em risco ecossistemas inteiros, prejudicando a imagem internacional do Brasil e afetando a produção agropecuária.



Aparelhamento ideológico dos órgãos ambientais

Ao longo dos últimos dois anos e meio, a política ambiental do governo Lula foi marcada não pelo fortalecimento institucional e pela busca de equilíbrio entre proteção ambiental e desenvolvimento, mas pelo **sistemático aparelhamento ideológico dos órgãos responsáveis**. O que se vê é uma agenda conduzida com viés político-partidário, em que decisões técnicas são substituídas por medidas arbitrárias e contraditórias, sempre pautadas pelo interesse em consolidar poder e satisfazer bases aliadas.

O primeiro movimento ocorreu com a **revogação de normas que permitiam indígenas obter licenciamento para atividades produtivas**, restringindo seu acesso ao crédito e reduzindo a autonomia das comunidades. Em seguida, medidas como a **Instrução Normativa 8/2024 do Ibama** centralizaram ainda mais o poder do órgão, dificultando o desembargo de áreas e prejudicando diretamente produtores rurais. A gestão do Cadastro Ambiental Rural ilustra o colapso do sistema: dos mais de seis milhões de cadastros, **apenas 0,01% foram efetivamente regularizados**, travando a regularização fundiária e ambiental.

Em paralelo, os órgãos ambientais foram **loteados para ONGs e ativistas próximos ao governo**, em detrimento de servidores de carreira. O próprio discurso da ministra Marina Silva oscilou entre a retórica “verde” e a prática política de isolamento, em que, diante de críticas até mesmo de membros



da base governista, passou a adotar um **“vitimismo estratégico”** para encobrir sua fragilidade política. Essa contradição se repete em outras frentes: o governo **reduziu metas de fiscalização para liberar bônus milionários a servidores em greve**; defendeu ações judiciais com base em conceitos jurídicos frágeis, como “danos climáticos”; e, ao mesmo tempo, **Lula não hesitou em criticar o Ibama quando o órgão travou a exploração de petróleo na Margem Equatorial**, revelando um jogo de conveniência e seletividade.

Outro ponto central é o **licenciamento ambiental**, que em vez de dar previsibilidade e segurança jurídica, foi transformado em instrumento de pressão política e de paralisia. Entre 2023 e 2024, o **Ibama emitiu 20% menos licenças** do que nos anos anteriores, ampliando a incerteza para investimentos em setores essenciais como saneamento, transportes e agropecuária. A manutenção dos vetos à Lei Geral do Licenciamento reforça esse cenário, jogando sobre o Congresso a responsabilidade de corrigir uma distorção que o Executivo deliberadamente sustenta para manter seu discurso ambientalista.

O aparelhamento também se expressa no **uso político de recursos**. O contrato da **COP-30 com a Organização de Estados Ibero-Americanos, no valor de R\$ 478 milhões, sem licitação e com ligações diretas à primeira-dama**, é um exemplo de como a pauta ambiental foi convertida em oportunidade para beneficiar aliados. O mesmo ocorre com repasses a **ONGs ligadas ao PT**, como a que recebeu R\$ 15,8 milhões para atuar em terras Yanomami, em contratos sob investigação do TCU e da CGU por suspeita de favorecimento.

Esse movimento culmina com a **apresentação do Plano Clima em 2025, construído sem diálogo com o Congresso e inflado de responsabilidades artificialmente atribuídas ao agronegócio**. O documento ignora a necessidade de participação democrática, reforçando a lógica de que os órgãos ambientais não estão a serviço da sociedade, mas de uma agenda ideológica que criminaliza setores produtivos enquanto fortalece redes políticas e partidárias.

O balanço é claro: sob a fachada de um discurso ambientalista, o governo **transformou Ibama, ICMBio e MMA em instrumentos de aparelhamento político**. As consequências são graves — **insegurança jurídica, travamento de investimentos, descrédito internacional e um enfraquecimento profundo da técnica e da ciência** dentro da política ambiental. O meio ambiente, em vez de política de Estado, foi reduzido a ferramenta de poder.

5

AGRO

O fracasso da Política Agrícola

Ao longo dos últimos dois anos, a política agrícola do governo tem se mostrado marcada por **desorganização, improviso e contradições**, resultando em insegurança para produtores, perda de competitividade e explosão de custos.

De um lado, o setor demonstrou sua força: o agro foi responsável por salvar o PIB brasileiro em 2023, crescendo **15,1%**, enquanto a indústria de transformação e os investimentos despencavam. Representa quase **25% do PIB** e **47% das exportações**, sustentando o país mesmo sob ataques políticos. Porém, em vez de reconhecer essa importância, o governo adotou medidas que sufocaram o setor.

O **Seguro Rural (PSR)** foi estrangulado: orçamento reduzido para menos de **R\$ 1 bi**, frente a uma demanda superior a R\$ 3 bi. A **equalização de juros** não acompanhou a Selic elevada, o que resultou em crédito mais caro e escasso. As linhas do Plano Safra foram suspensas em 2025, sob a justificativa de evitar pedalada fiscal, mas a liberação emergencial de apenas **R\$ 4,1 bi** cobriu menos de 1% das necessidades.



O **Plano Safra 25/26**, anunciado como “**recorde**” de **R\$ 520,5 bi**, escondeu que apenas **78% desse valor programado foi efetivamente desembolsado**, ficando aquém dos últimos anos: **R\$ 373,2 bi**.

Casos emblemáticos de má gestão se acumularam. O **escândalo do arroz** expôs contratos suspeitos e favorecimentos, forçando o governo a anular compras de 263 mil toneladas, mesmo com produção nacional suficiente.

O episódio foi símbolo da falta de planejamento e da tentativa de usar o tema como propaganda política. Já a revogação de normas sobre a **agricultura indígena** paralisou 13 mil hectares de soja e bloqueou crédito, destruindo empregos locais. Somam-se ainda ataques à **regularização fundiária**, que excluíram 291 mil cadastros, **afetando principalmente pequenos produtores**.

O resultado é visível: **inflação de alimentos de 7,7% em 2024** (a 5ª maior do G20), carne bovina acumulando alta de 20,8%, e produtores sufocados pela escalada de custos e crédito restrito. O número de **recuperações judiciais no agro explodiu 138% em 2024**, com destaque para soja, pecuária e cereais.

Em síntese, o que se observa é um governo que tenta maquiar dados e inflar anúncios, mas que **falhou em oferecer uma política agrícola consistente**. O setor que sustenta o Brasil tem sido tratado com improviso, descaso e hostilidade, com consequências já sentidas na mesa do consumidor e no endividamento do produtor.



Invasões de terras e insegurança no campo

Nos últimos dois anos e meio, o Brasil assistiu a uma escalada das invasões de terras e do enfraquecimento do direito de propriedade. Desde 2023, o MST e outros movimentos passaram a atuar com respaldo político explícito do governo, que não apenas tolerou as invasões, como integrou seus representantes em espaços de formulação de políticas públicas. O resultado foi o aumento de conflitos, a fragilização da segurança jurídica e a desorganização da política agrária.

Logo no início do mandato, o MST invadiu áreas da Embrapa, fazendas privadas e sedes do Incra, enquanto o governo reagiu trocando superintendentes e cedendo cadeiras em conselhos. Paralelamente, decretos e instruções normativas (IN 132/2023 e Dec. 11.688/2023) flexibilizaram critérios de assentamentos e inviabilizaram a titulação de pequenos produtores de boa-fé. O CNJ, por sua vez, criou barreiras judiciais que prolongam por anos as reintegrações de posse, estimulando novas ocupações.

Relatórios oficiais reforçam a contradição da agenda governamental. O TCU mostrou a existência de 205 mil lotes vagos e 580 mil beneficiários irregulares em assentamentos, enquanto a **CGU** revelou que apenas **6% dos 9.501 assentamentos criados foram consolidados**. Ainda assim, o Executivo lançou o programa **Terra da Gente**, destinando R\$ 450 milhões à compra de novas terras para o MST em 2024, ao passo que a consolidação recebeu apenas R\$ 34 milhões (R\$ 37,80 por família).



A insegurança no campo se agravou com discursos e medidas oficiais. O ministro Paulo Teixeira classificou invasões como “instrumentos legítimos de pressão”; a AGU e o MDA editaram portaria permitindo adjudicação de imóveis rurais sem respaldo constitucional; e, em 2025, o Decreto 12.373 concedeu à Funai poderes para retirar compulsoriamente ocupantes de áreas consideradas indígenas, mesmo fora de terras homologadas. Esses atos abrem caminho para arbitrariedades e multiplicam os focos de conflito fundiário.

Somados, esses episódios revelam uma política deliberada de aparelhamento do Estado para atender movimentos de ocupação ilegal, em detrimento da regularização fundiária, da produção agropecuária e da paz no campo. O balanço é claro: **mais invasões, menos títulos, mais instabilidade.**



6

EDUCAÇÃO

Na educação, o governo iniciou sua gestão criando empecilhos para dar continuidade ao Novo Ensino Médio, aprovado pelo Congresso Nacional, adotando medidas para suspender a continuidade de sua implementação. Entrando em 2024, sem nenhuma proposta coerente.

Próximo às eleições municipais, o governo apostou suas fichas na criação do Pé-de-Meia, com a edição da MP nº 1.198/23, com a previsão de gasto da ordem de 20 bilhões. Irresponsavelmente, as despesas foram sendo executadas sem o aval do congresso nacional, fora do arcabouço fiscal e sem a transparência dos dados dos beneficiários. Foi necessária a intervenção do TCU para que o governo passasse a inserir os gastos no orçamento e dar transparência à execução da política.

Na educação superior, promessas vazias de novas universidades, enquanto outros campi prometidos em outros governos do PT ficaram apenas no papel. Política de responsabilidade direta do governo federal, a atuação não se mostrou melhor. O governo sofreu a maior paralisação de professores e técnicos das universidades e institutos federais, que clamaram por melhores salários e condições de trabalho, enquanto o governo divulgou apenas intenções de expansão da rede.





RELAÇÕES EXTERIORES

Já em 2023, Lula deu o tom de seu governo nas relações internacionais. Aliando-se e apoiando estados antidemocráticos. No Brics apoiou a entrada de novos países no bloco, considerados anti ocidentais, incluindo o Irã e da Arábia Saudita. Ambos os países com históricos notórios de violações, repressão a dissidentes e ausência de liberdades fundamentais. Na gestão Lula, o Brasil tem contribuído para o fortalecimento e protagonismo da China.

Nas Américas, tem atuado de modo conivente com Nicolás Maduro e se afastado da principal democracia mundial, os EUA. Lula, inclusive, chegou a assinar acordo com Maduro prevendo a necessidade de aumentar a articulação entre seus órgãos de inteligência e fortalecer as redes de informação dos dois países. O acordo de cooperação é absolutamente preocupante uma vez que a Venezuela guarda relações históricas com o serviço secreto russo, a FSB, o serviço secreto cubano, o serviço secreto iraniano e com o Hezbollah. Todos esses países têm acordos similares com a Venezuela.

Na relação com o Estado de Israel, o governo optou pelo lado de grupos terroristas. Acusando Israel de genocida e tentando desqualificar a postura daquele país ao revidar o ataque sofrido e de buscar todos os meios necessários para resgatar civis sequestrados pelo grupo Hamas, durante o ataque.



8

TRABALHO

No campo das relações de trabalho, o governo vem atuando para restabelecer a contribuição sindical, fortalecendo assim os sindicatos. Sua atuação também foi no sentido de dismantlar a reforma trabalhista construída e aprovada durante o governo Bolsonaro.

O Governo Petista esteve atuando para reforçar a autonomia das entidades sindicais que, com a derrubada da autorização de trabalho nos finais de semana e feriados, voltariam a ser os intermediários das negociações, sabotando a economia e promovendo o retrocesso, além de deixar de beneficiar os trabalhadores por meio de distribuição de renda, e apresentando insensibilidade junto ao setor comercial.

O governo teve que recuar após pressão do Congresso Nacional que aprovou, em regime de urgência na Câmara dos Deputados, PDL no 405/23 que permite a utilização de mão de obra aos domingos e feriados, independente de acordo coletivo de trabalho. Sua última ação foi prorrogar para 1º de março de 2026 as regras sobre trabalho em feriados no comércio.



Em detrimento aos trabalhadores, o governo tem atuado para conceder cada vez mais poder e acesso aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) aos sindicatos, deixando os trabalhadores em segundo plano. Essa manobra favorece entidades sindicais em detrimento de políticas que realmente beneficiam a massa trabalhadora, levantando questionamentos sobre as verdadeiras intenções por trás dessa gestão do fundo.

Com o fim do saque-aniversário do FGTS, o governo penaliza os mais pobres. Junto com a medida, também foi extinta a modalidade de empréstimo que usa o saque-aniversário como garantia, única opção de crédito para trabalhadores negativados. O Governo petista, que se autointitula PRÓ-TRABALHADOR, se mostra mais uma vez em lado oposto, tomando decisões que podem ocasionar o endividamento da população.



9

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O governo promoveu cortes de bolsas de pesquisa do CNPq, totalizando R\$ 310 milhões, gera protestos entre pesquisadores ameaçando a ciência brasileira. Além de reduzir bolsas de estudo para programas de excelência, diminuiu o prazo das bolsas para pesquisas no exterior, contrariando os objetivos do programa Conhecimento Brasil e dificultando a retenção de talentos na área da pesquisa. Ignorando diversos fatores estruturais reportados pela comunidade científica brasileira, como a dificuldade de contratação de pesquisadores, a instabilidade, a descontinuidade dos recursos para pesquisa e estímulos inadequados para a carreira científica no Brasil.



10 CULTURA

Na cultura, durante esses dois anos e meio de governo, o Ministério da Cultura vem batendo recordes de autorização e captação de recursos via lei Rouanet. A justificativa para o aumento crescente seria a expansão da política para áreas além dos grandes centros, porém, pesquisa recente comprovou que o governo foi ineficiente em sua pretensão. Aumentando o gasto, sem que atores outros fora dos grandes centros do sudeste consigam acesso a mais relevante política pública de cultura.

Se de um lado, o governo aumentou a renúncia de receitas, financiando projetos de instituições presentes nos grandes centros, do outro gastou recursos públicos com o pagamento de ONG's vinculadas a pessoas vinculadas ao partido, inclusive com denúncias de destinação do aparato dos comitês de cultura para fins de impulsionar campanhas eleitorais de pessoas vinculadas ao PT.



11

SANEAMENTO BÁSICO

Nos primeiros meses do governo foram adotadas manobras para reverter conquistas do marco do saneamento básico. Aprovado nos termos da Lei 14.026/2020. O governo chegou a editar os decretos nº 11.466 e nº 11.467, de 05 de abril, exorbitando o poder regulamentar e ferindo a Lei nº 14.026/2020, sendo contrários aos pilares do Novo Marco do Saneamento e indicando claro afrouxamento das regras visando à sobrevivência das estatais de saneamento.

Três meses depois, após pressão do Congresso Nacional, o governo foi obrigado a revogar seus decretos, derrubando a flexibilização dos critérios para que empresas de saneamento básico demonstrassem capacidade financeira para assumir contratos; e a permissão para que empresas públicas assumissem contratos sem licitação em regiões metropolitanas, aglomeração urbana ou microrregião.





SEGURANÇA PÚBLICA

Desde o início do terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2023, a segurança pública tornou-se um dos maiores fracassos de sua gestão. Apesar da promessa de liderar a coordenação nacional, o governo se limitou a discursos vazios e a resultados parciais que não refletem a realidade.

O Anuário da Segurança Pública de 2025 mostra essa contradição. Houve queda de 5,4% nos homicídios, mas ao mesmo tempo o Brasil registrou recordes de feminicídios e estupros. Isso revela que o governo Lula preferiu comemorar um dado isolado e ignorar a complexidade da violência.

Os feminicídios são o símbolo mais cruel dessa falha. Flávio Dino, à frente do Ministério da Justiça, não articulou nenhuma política nacional eficaz de proteção às mulheres. Em vez disso, usou o cargo como vitrine política para garantir sua vaga no Supremo Tribunal Federal.

A chegada de Ricardo Lewandowski trouxe a expectativa de mudança, mas não houve avanços. Com perfil burocrático e distante da realidade, sua gestão deixou o crime organizado crescer ainda mais. As facções se expandiram pelo Brasil e pelo exterior sem qualquer reação coordenada do governo.

Os números de estupros também aumentaram de forma alarmante, ultrapassando 87 mil registros em 2024. Nem Dino, nem Lewandowski apresentaram medidas concretas para frear a violência sexual. Ambos limitaram-se a declarações de ocasião, sem resultados práticos.

Outro fracasso foi no combate aos crimes digitais e patrimoniais. O governo apresentou o aplicativo “Celular Seguro” como solução, mas ele se mostrou ineficaz e meramente publicitário. Enquanto isso, milhões de brasileiros continuaram expostos a golpes e fraudes.

O crime organizado atingiu patamares internacionais. O PCC e o Comando Vermelho expandiram operações para países da América do Sul, Europa e até os Estados Unidos. Lula, Dino e Lewandowski não apresentaram estratégia alguma para conter esse avanço.

Em 2024, investigações revelaram que o PCC lavou cerca de R\$ 6 bilhões em 16 países por meio de fintechs. O governo, diante desse escândalo, limitou-se a declarações superficiais e sem ação efetiva contra o sistema financeiro paralelo das facções.

A suposta “descapitalização” de R\$ 5,6 bilhões comemorada pelo Planalto é insignificante frente aos bilhões movimentados anualmente. A falta de integração entre Polícia Federal, Receita Federal, COAF e sistema penitenciário expõe a negligência da gestão.

Nos presídios, a situação é ainda pior. Líderes continuam comandando suas facções de dentro das cadeias, inclusive em unidades de segurança máxima. Isso mostra que Dino e Lewandowski não atacaram a raiz do problema: o sistema penitenciário falido.

No plano internacional, os Estados Unidos pressionaram o Brasil a classificar PCC e CV como organizações terroristas. Lula rejeitou a proposta alegando razões jurídicas, mas não apresentou nenhuma alternativa viável. Na prática, deixou as facções expandirem livremente.

A percepção de insegurança da população cresceu. Pesquisas indicam que 58% dos brasileiros acreditam que a criminalidade aumentou. Esse sentimento reflete a omissão governamental e o abismo entre propaganda oficial e realidade cotidiana.

O erro central foi a ausência de liderança federal. Dino buscou projeção política, Lewandowski agiu como burocrata alheio ao problema, e Lula limitou-se a discursos ideológicos. Nenhum deles apresentou um plano nacional contra o crime organizado.

A falta de metas, prazos e integração reforça a ideia de improviso e descaso. O governo preferiu marketing político em vez de ações consistentes. Enquanto isso, o crime organizado consolidou-se como poder paralelo no país.

O saldo é de retrocesso. A gestão Lula, com Dino e Lewandowski, fracassou em estruturar políticas de segurança pública. O resultado foi o fortalecimento das facções, o aumento da violência contra mulheres e a deterioração da confiança popular no Estado.

O próximo governo herdará uma herança devastadora: facções fortalecidas, sistema prisional dominado e a sociedade descrente de que o Estado pode oferecer segurança. Lula, Dino e Lewandowski serão lembrados como responsáveis por um período de omissão e caos.



ANÁLISE DA APRESENTAÇÃO INTERMINISTERIAL DO GOVERNO

Encerramos o ROP 100 com uma análise detalhada da [apresentação](#) feita pelo ministro Rui Costa, em reunião interministerial realizada no último dia [26 de agosto](#). O documento, que deveria refletir transparência e compromisso com a realidade do país, foi marcado por mentiras, omissões e recortes tendenciosos, numa tentativa de mascarar os verdadeiros problemas enfrentados pelo Brasil. Nossa avaliação busca restabelecer os fatos, contextualizar os dados e expor as contradições, reafirmando o papel da oposição em enfrentar a narrativa oficial com seriedade, técnica e responsabilidade.



Na apresentação:



- **Brasil fora do Mapa da Fome**
- A **pobreza e extrema pobreza** atingem **menores níveis** da história
- Renda per capita tem aumento recorde de 4,7% e **desigualdades caem** ao menor nível desde 2012

A realidade:

Embora o governo tenha divulgado o dado de que o Brasil saiu do Mapa da Fome, essa afirmação é superficial e insuficiente.

Segundo o relatório "Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo", divulgado pela FAO, esse indicador positivo não reflete a totalidade da realidade. O Brasil apresentou **piora em 8 das 11 categorias analisadas pela ONU**. Entre os agravamentos, destacam-se indicadores alarmantes relacionados à população infantil: todos os parâmetros referentes a crianças de até 5 anos registraram regressão.

Na apresentação:



- **Recorde de cirurgias eletivas:** mais de 14 milhões de procedimentos realizados em 2024 - aumento de 37% em relação a 2022
- Mais de **12 mil** procedimentos de saúde nos **mutirões dos hospitais universitários** e **14 mil** atendimentos em **mutirões da área indígena**
- **16.744** novos leitos, sendo **4.023** de UTI e **2.392** novos serviços habilitados

A realidade:

O aumento das cirurgias eletivas está atrelado ao ano de 2024, quando ainda não havia sido lançado o programa. Além disso, comparar números de cirurgias eletivas de 2024 com o cenário de 2022, não faz nenhum sentido em termos didáticos. Isso porque, foi em maio de 2022 que o Brasil decretou o fim do estado de emergência em saúde pública por conta da Covid-19. Naquele momento, todo o Sistema Único de Saúde teve que passar por um processo de desmobilização de leitos covid e reestruturação da rede, com a contratualização de novos leitos.

Na apresentação:



- **Energia de graça** para **60 milhões** de brasileiros
- Em janeiro de 2026 – **desconto na conta de luz** para quem ganha entre $\frac{1}{2}$ e 1 salário mínimo per capita – **55 milhões** de pessoas

A realidade:

A energia “de graça” na verdade será custeada pelos outros consumidores por meio da CDE. Omite-se que já havia a tarifa social, que reduzia consideravelmente o custo de energia para famílias de baixa renda.

Na apresentação:

EM BREVE

Gás do Povo

- Mais de **15,5 milhões de famílias** serão beneficiadas, o que representa mais de 46 milhões de brasileiros

A realidade:

O governo vem anunciando novo programa de acesso ao gás de cozinha para a população em substituição a atual política de auxílio gás, que hoje contempla aproximadamente 5,6 milhões de famílias.

O auxílio gás foi criado como adicional complementar pago aos beneficiários do bolsa família. A pretensão do governo é pagar o valor cheio do botijão diretamente ao revendedor. No entanto, a nova política que o governo pretende anunciar nos próximos dias deve ampliar o número de beneficiários e aumentar ainda mais a despesa no orçamento da União. Segundo notícias, o novo programa deverá ampliar o número de beneficiários que passará a algo em torno de 17 milhões de famílias até 2027. Somente em 2025, o governo projeta gastar cerca de R\$2,6 bilhões. Já para 2026, ano eleitoral, a despesa cresce para R\$5 bilhões. Nos anúncios iniciais, ainda em 2024, havia a pretensão do governo de executar o novo programa fora do orçamento, burlando as metas do arcabouço fiscal. Agora é aguardar para ver como virá o texto da MP que o governo pretende editar nos próximos dias.

Na apresentação:



- **5,6 milhões de jovens** desde 2023 - R\$ 200 para estudar e mais R\$ 1.000 para quem passar de ano
- **Aumento consistente das inscrições no Enem:** 72,6% dos mais de 1,9 milhão de estudantes concluintes do ensino médio da rede pública confirmaram a participação no exame.

A realidade:

O Programa Pé-de-Meia foi lançado pelo governo como solução para o grave problema da evasão escolar. Porém, os dados e o curto período de execução não são suficientes para atestar sua efetividade.

O programa é um incentivo financeiro-educacional voltado a estudantes matriculados no ensino médio público beneficiários do CadÚnico. Desde

seu lançamento em 2024, o governo tem realizado sua execução fora do Orçamento, de modo a burlar as regras do arcabouço fiscal e sem a transparência devida quanto a seus beneficiários. Somente com a intervenção do TCU, questionando a legalidade da execução do programa e seus desembolsos é que o governo foi obrigado a prever sua despesa no orçamento. Mesmo assim, a previsão orçamentária do governo é sabidamente inferior ao necessário para cobrir as necessidades do programa.

Na apresentação:



- 1,4 milhão de novas matrículas em escolas de tempo integral em todas as etapas de ensino, o que equivale a mais de 46 mil salas de aula.
- 1 milhão de novas matrículas previstas em 2025.

A realidade:

O governo alega aumento de novas matrículas, com previsão de acréscimo de mais 1 milhão de novas matrículas ainda em 2025.

A previsão de 1 milhão de novas matrículas ainda em 2025 não tem como se concretizar operacionalmente. As redes escolares precisam se organizar no ano anterior, ou seja, 2024, para que turmas e grades possam ser executadas em 2025. Além disso, de acordo com o Censo Escolar de 2024, 4 a cada 10 escolas públicas do Brasil ainda não têm nenhuma matrícula na modalidade integral. E o número de colégios com 100% das matrículas em tempo integral ainda é reduzido. O aumento de instituições com essa modalidade em 2024, representa apenas 15% do universo das instituições públicas de ensino.

Na apresentação:



- 3.684 novas creches, sendo 2.001 retomadas e 1.683 obras novas.

A realidade:

Governo anuncia quantitativo de novas creches sem detalhar entregas, alinhado aos anúncios feitos no decorrer do ano, sem a efetiva comprovação de entregas. Inclusive, os números divergem dos publicados na página do PAC Seleções da Casa Civil.

Ainda no começo de 2025, o governo não havia iniciado nenhuma das 1.894

obras na área da educação cadastradas no Novo PAC, entre escolas, creches e reconstrução de estruturas destruídas pelas chuvas no RS, segundo dados do FNDE. Em 2024, a Caixa havia recebido 781 projetos para análise, liberando apenas 387.

Na apresentação:



- 29,8 bilhões de carteira de empréstimo para **4,1 milhões de trabalhadores** - 60% recebem até 4 salários mínimos

A realidade:

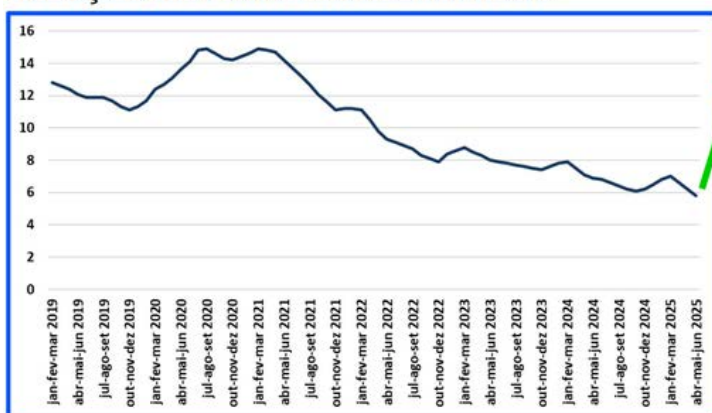
O governo permitiu que o FGTS fosse usado como garantia. Assim, os trabalhadores se endividaram a taxas exorbitantes enquanto colocam seus recursos de baixo rendimento do FGTS como garantia e não podem sacá-lo. A inadimplência do país está em patamar recorde.

A aposta do governo na expansão do crédito em uma situação de altas taxas de juros está endividando a população. Dados do Banco Central mostram que estamos com a maior inadimplência da história.

O crédito do trabalhador, por exemplo, é uma medida que não permite que a população saque recursos de baixa rentabilidade, mas os use como garantia. Mesmo assim, as taxas de empréstimo são elevadas e o custo da dívida pesa no bolso dos brasileiros.

Na apresentação:

REDUÇÃO HISTÓRICA DO DESEMPREGO



Fonte: PNAD Contínua Mensal/IBGE.

5,8%

Menor taxa de desemprego da série histórica!

Recorde histórico de pessoas ocupadas 102,3 milhões (abr-jun 25)

A realidade:

Desde o pico da pandemia, a queda do desemprego é constante e não um

mérito da atual gestão.

Após o pico de desemprego ocasionado pela pandemia, a taxa de desemprego caiu pela metade ainda na gestão Bolsonaro. Parte disso se deve a gama de reformas econômicas feitas pelos governos Temer e Bolsonaro, como a reforma trabalhista, reforma da previdência, Independência do Banco Central, que tiveram forte oposição do PT e foram atacadas logo no início do governo Lula.

A queda no desemprego na gestão Bolsonaro se deu de forma sustentável e inclusiva, tanto é que em 2022 se registrou o menor índice de Gini até aquele momento. Apesar da queda recente, o que se observa é uma tentativa de expansão fiscal além da capacidade do país, que resulta em menor desemprego no curto prazo, mas pressiona a inflação e os juros da economia. Com isso, o governo ameaça a grande inclusão no mercado de trabalho com a instabilidade macroeconômica que ele mesmo planta.

Na apresentação:

CUIDANDO DO CAMPO, DO MEIO AMBIENTE E DO CLIMA

- Abertura de **mais de 400 novos mercados** para 249 produtos e 72 países, blocos e territórios – que resultaram em **US\$ 1,73 bilhão** adicionais em exportações agropecuárias
- Maior **Plano Safra** da história: R\$ 594,4 bilhões, com aumento de 47% do Pronaf
- **Retomada da reforma agrária**: 17.109 novas famílias assentadas, 52.553 títulos concedidos e 48 mil famílias com acesso ao crédito instalação
- **Reconstrução do RS**: R\$ 109 bilhões investidos - **economia gaúcha cresceu 4,9% em 2024**, acima dos 3,4% do Brasil
- **Novo Acordo Rio Doce**: acordo histórico de reparação com destinação de R\$ 170 bi em 20 anos

A realidade:

Há várias imprecisões no slide apresentado. 1) Não houve ampliação significativa de acordos comerciais; 2) O Plano Safra teve baixos desembolsos e o agro foi severamente afetado pelo crescimento das taxas de juros causados pela instabilidade macroeconômica gerada pela atual gestão; 3) O número de títulos de terras emitidos até o momento é irrisório perto dos números históricos; 4) Os investimentos divulgados pelo governo para reconstrução do RS são inflados por incluírem benefícios sociais como o Bolsa Família e o auxílio gás, enquanto recursos para obras foram retidos e não executados.

Com relação ao plano Safra, sabe-se que os recursos foram severamente

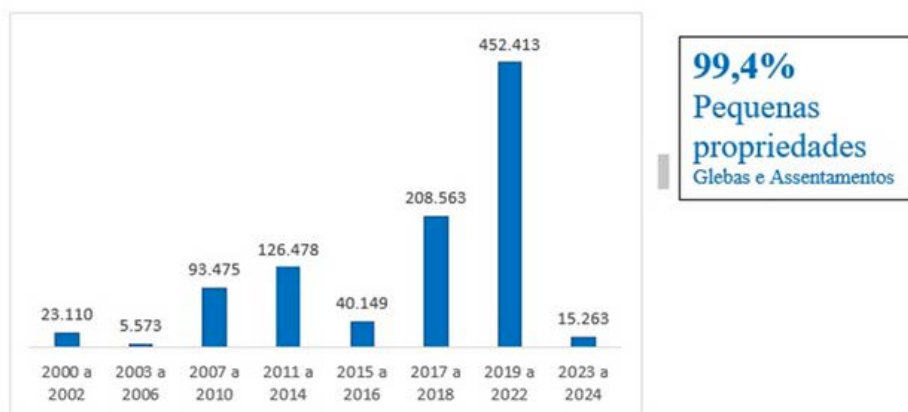
reduzidos. No total, os desembolsos passaram de R\$ 421 bilhões para R\$ 373,2 bilhões. Isso em um cenário em que a subida do juros requer mais desembolsos para se manter a mesma efetividade.

Quadro 1. Aplicação efetiva do crédito rural, por enquadramento

Safra	2023/2024			2024/2025		
Enquadramento	Programado (R\$ bilhões)	Desembolsado (R\$ bilhões)	Aplicação	Programado (R\$ bilhões)	Desembolsado (R\$ bilhões)	Aplicação
Pronaf	71,6	62,5	87,4%	76,0	64,4	84,7%
Pronamp	61,1	50,5	82,6%	65,2	58,0	89,0%
Demais produtores	303,1	308,0	101,6%	335,4	250,8	74,8%
Total	435,8	421,0	96,6%	476,6	373,2	78,3%

Fonte: BCB (2025).

Em termos de titulação de terras, o número divulgado é irrisório perto da realidade de outros anos, especialmente da gestão anterior, como pode ser visto abaixo:



No âmbito do Rio Grande do Sul, fica evidente a falsa notícia. Recursos de auxílios foram transferidos para o RS como foram para qualquer outro estado. Mesmo assim, esses valores foram contabilizados como recursos para a “reconstrução”. Na realidade, os recursos para investimentos e efetiva reconstrução da infraestrutura foram severamente limitados e sofreram restrições de empenho.



Na apresentação:

QUEDA EXPRESSIVA DOS FOCOS DE QUEIMADA EM TODOS OS BIOMAS



Fonte: INPE.

Queda de 56,4%

A redução das queimadas no Brasil foi significativa em 2025, com **quedas expressivas** tanto nos **focos de calor** quanto nas **áreas queimadas** em comparação com 2024.

A realidade:

O governo tenta ganhar os louros de um problema que ele mesmo criou, por negligência e despreparo.

O Brasil registrou, em 2024, a maior área queimada em 17 anos, com 564 mil km² devastados, totalizando 274 mil focos de incêndio.

Desde junho de 2023, o INMET alertava para um El Niño severo em 2024, mas o governo Lula não se preparou. Na proposta orçamentária (PLOA 2024), solicitou apenas R\$ 182 milhões para prevenção e combate às queimadas – valor 20% menor que o executado em 2023, quando não havia problema.

Na apresentação:

CUIDANDO DA DEMOCRACIA, DO ESTADO E DA SOBERANIA

- **Plano Brasil Soberano:** fortalecimento do setor produtivo, proteção aos trabalhadores e diplomacia comercial
- **Combate às fake news** e ao discurso de ódio
- Reconstrução do Estado com 15.915 **vagas de concursos em 73 órgãos**
- **Governo Digital:** 175,31 milhões de brasileiros possuem conta Gov.br
Novos serviços proativos e personalizados
- Retomada da **participação social** com 17 **conferências** nacionais realizadas
- **Forte retomada diplomática:** recuperação da voz internacional, liderança ambiental e defesa da reforma da governança global
- Brasil no centro de cúpulas como **G20, BRICS, COP**
- Parceria estratégica com a **China** por meio das Sinergias

A realidade:

i) O Plano Brasil Soberano está repleto de 'jabutis' e de medidas paliativas;

2) O dito combate às fake news e ao discurso de ódio se resume a calar opositores e a tentar censurar as redes sociais. 3) Os concursos não foram acompanhados pelas nomeações. Na realidade, o governo deu prioridade para os aumentos salariais e não na recomposição de servidores; 4) O governo digital vem da reforma do gov.br realizada na gestão Bolsonaro; 5) Não há retomada diplomática. Na realidade, o Brasil se distanciou de países historicamente alinhados e não avançou no acordo com a União Europeia. 6) O Brasil foi criticado internacionalmente nos eventos destacados, inclusive com a baixa adesão à COP30. 7) As parcerias com a China incluíram medidas de censura das redes sociais.

O Plano “Brasil Soberano” inclui ‘jabutis’ que permitem que os mecanismos propostos para empresas no tarifaço sejam permanentes e atinjam empresas não afetadas. Dessa forma, direciona-se crédito subsidiado para empresas que não sofreram qualquer prejuízo. Além disso, a proposta retira, mais uma vez, altos valores da meta fiscal, elevando a dívida pública do país.

Com relação ao combate às fake news, sabe-se que a intenção do governo, desde a campanha, vem sendo de avançar em um projeto de poder. Parte disso vem da estratégia de censurar adversários regulando as redes de forma a que meros atos de uma agência ou de órgão vinculado ao Executivo possam retirar conteúdos sem qualquer decisão judicial.

No âmbito da estrutura governamental, sabe-se que a crise fiscal e a pandemia impossibilitaram a realização de concursos em alto volume. Mesmo assim, ao final da crise sanitária, cerca de 6,2 mil vagas foram criadas, inclusive no INSS. Ignorando as restrições orçamentárias, o governo promove uma expansão das carreiras e dos salários públicos, enquanto ignora a necessidade de uma reforma administrativa - que foi apresentada na gestão Bolsonaro.

Com relação à estrutura digital, sabe-se que o governo Bolsonaro teve grande mérito em impulsionar a transformação digital: lançou o aplicativo gov.br e migrou on-line serviços de grande impacto (Carteira de Trabalho Digital, CNH digital, Meu INSS, auxílio emergencial), o que elevou o Brasil ao patamar de líder ocidental em governo digital. Em 2022, o país ficou em 2º lugar global no Índice GovTech do Banco Mundial e avançou para o nível “muito alto” no [ranking de e-government](#) da ONU. Esse reconhecimento internacional – divulgado em novembro de 2022 – já refletia **o legado das iniciativas digitais** do período Bolsonaro, que subiu da 7ª para a 2ª posição mundial graças à estratégia bem-sucedida do Gov.br. Vale mencionar que, em agosto de 2021, a plataforma atingira 110 milhões de cadastros e 4,6 mil serviços, economizando tempo e recursos dos cidadãos. Ou seja, a

infraestrutura de governo digital estava amplamente consolidada ao final de 2022.

No âmbito diplomático, fica evidente o viés. [Notícias internacionais](#) mostraram a queda do peso de Lula no exterior. O país perdeu apoio entre parceiros históricos, como os EUA, e não completou o acordo com a União Europeia e se alinha com países não democráticos. Sofre as consequências do tarifaço, enquanto busca formas de retaliar os EUA.

Quanto à COP30, sabe-se que há uma represália quanto as decisões do Brasil neste evento. Existem duras críticas de diversos países, sobretudo os de menor renda, sobre a escolha de Belém como sede, já que os preços são exorbitantes e a capital não tem infraestrutura para receber tantos visitantes.

Por fim, apesar de a China ser um grande parceiro comercial do Brasil, preocupa o fato de que se esteja querendo mirar na regulação das redes ou que se busque alinhar a forma de construir estatísticas como na China, onde a liberdade de expressão e de crítica não é a regra como no Brasil.

Na apresentação:

CUIDANDO DOS INVESTIMENTOS

Retomada da Indústria - 2º maior crescimento nos últimos 10 anos:

- **Crédito Indústria 4.0:** R\$ 12 bilhões para a compra de novas máquinas para o setor industrial
- **Nova Indústria Brasil:** R\$ 516 bi no Plano Mais Produção
- **Mover:** R\$19 bi de créditos financeiros alavancaram **R\$ 130 bi** de investimentos
- **Depreciação Acelerada:** R\$ 1,7 bi utilizados
- **REIQ:** R\$ 1,8 bi de investimento no setor químico
- **BNDES - R\$ 73 bi de crédito 1º sem 2025.** Apoio ao desenvolvimento com segurança: **2025 segundo maior lucro da história**

A realidade:

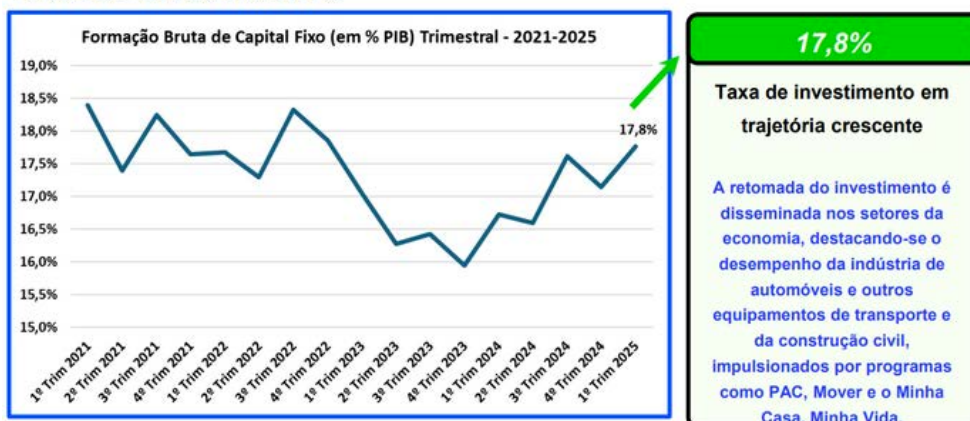
O recorte deixa de fora os resultados dessas políticas, que não foram capazes de elevar a taxa de investimento no país. Apesar disso, o governo comemora a expansão de subsídios e de gastos tributários, em meio a uma discussão sobre a redução dessas rubricas. Essa reedição da Nova Matriz Econômica preocupa por sabermos a instabilidade econômica resultante dessas medidas.

A ineficácia dos gastos tributários e subsídios creditícios é evidente nas políticas da atual gestão, que bebem da fonte da Nova Matriz Econômica do período Dilma. Dito isso, questiona-se a real intenção do governo em reduzir os gastos tributários dado o número de incentivos que a atual gestão promulgou.

Outra avaliação é o efeito concentrador de renda que tais políticas podem ter no país, dado que estas são majoritariamente direcionadas para grandes empresas e o custo de oportunidade é justamente o investimento em políticas horizontais ou direcionadas de inclusão, como saúde, educação e saneamento.

Na apresentação:

TAXA DE INVESTIMENTO



Fonte: PNAD Continua Mensal/IBGE.

A realidade:

A taxa de investimentos se mantém abaixo da média histórica e abaixo do que se observou no final do governo Bolsonaro. Também esquece de mencionar a forte queda nos investimentos verificada no início do mandato.

A “retomada de investimentos” divulgada é, na verdade, uma recuperação da queda observada nos dois primeiros anos de governo Lula. Após o governo Bolsonaro ter assumido o mandato com taxas de investimento abaixo da média histórica, a gestão entregou taxas acima da média ao final do mandato. Com a entrada da equipe econômica de Lula, essas taxas caíram para cerca de 16%, como pode ser visto no gráfico abaixo.

Como se observa, até o momento, o governo ainda não conseguiu superar a média da taxa de investimentos observada entre 2010 e hoje.



Na apresentação:

ATENÇÃO PRIMÁRIA E TELESSAÚDE



- 2.678 Unidades Básicas de Saúde
- 1.747 em obra ou licitação e 31 concluídas
- 50% entregue até 2026



- 800 Unidades Odontológicas Móveis
- 400 unidades pronta-entrega
- 100% entregue até 2026



- 10 mil kits de Telessaúde
- 3.000 contratados
- 100% entregue até 2026



- 10 mil Combos equipamentos para UBS
- Licitação publicada com preferência para indústria nacional
- 100% entregue até 2026

A realidade:

Na área da saúde, vinculada a Atenção Primária e Telessaúde, o governo apresenta dados genéricos de evolução e entregas atreladas ao Novo PAC que chegam a até 100% da meta já no próximo ano, demonstrando inclusive que o planejamento de políticas de longo prazo foram mal planejadas. Os dados não condizem com os divulgados pelo FNS que apontam as etapas de avaliação e aprovação das propostas.

A apresentação da Casa Civil expõe dados que não refletem as entregas à sociedade e discrepantes daqueles passíveis de extração da página dedicada ao PAC Seleções da Casa Civil e, principalmente, dos painéis de resultados da Seleção no Novo PAC do Fundo Nacional de Saúde, que demonstra a execução efetiva das despesas.

Para Unidade Básicas de Saúde - UBS, o painel do FNS aponta que foram

habilitadas 358 propostas, das quais apenas 216 foram selecionadas. Já no PAC Seleções 2025, o número de propostas selecionadas foi de 800. Ou seja, mesmo tendo sido selecionadas 1016 propostas, isso não representa entregas à população. Situação que deve impactar em muito a meta de 50% de entregas até 2026.

Na apresentação:

ATENÇÃO ESPECIALIZADA



- 192 Unidades Especializadas de Saúde
- 24 Hospitais - 101 Policlínicas
- 36 Maternidades - 31 Centros de Parto Normal
- 108 em obra ou licitação
- 20% entregue até 2026



- 3.756 Ambulâncias - SAMU
- 60% veículos entregues
- renovação e expansão
- 100% entregue até 2026



- 401 Centros Especializados
- 14 Centrais de Regulação - 334 CAPS - 30 Centros de Reabilitação e 23 Oficinas Ortopédicas
- 212 em obra ou licitação e 2 concluídos
- 35% entregue até 2026



- 121 Equipamentos para radioterapia
- 12 Soluções PERSUS concluídas
- 50% entregue até 2026

A realidade:

Na área da saúde, vinculada à Atenção Especializada, os dados apresentados pela Casa Civil não são diferentes. Genéricos e não representam entregas reais à população. Os dados não condizem com os divulgados pelo FNS que apontam as etapas de avaliação e aprovação das propostas.

Segundo dados do FNS quanto a renovação da frota do SAMU, constam 1.271 ambulâncias habilitadas, somadas a outras 479 propostas selecionadas no PAC Seleções 2025. Longe dos 60% de veículos entregues como anunciado pelo governo.

O mesmo acontece com o somatório de propostas de policlínicas e maternidades que não condizem com os painéis de resultados do FNS. Quanto aos dados do FNS sobre equipamentos para radioterapia, consta o quantitativo de 75 equipamentos, entre 5 tipos de aceleradores lineares previstos para financiamento via FNS, e a contemplação de 63 estabelecimentos. Informação que, novamente, conflita com o dado divulgado pela Casa Civil.

Na apresentação:

EDUCAÇÃO BÁSICA



Pacto pela retomada e obras em andamento - 5.963 Obras

- 2.001 creches
- 2.126 escolas
- 1.836 quadras esportivas

Situação:

- 2.135 em obra ou licitação;
- 1.443 concluídas

- 53% entregue até 2026



- 2.500 Ônibus Escolares
- 1.359 veículos entregues
- 100% concluído até 2026



Novas Seleções - 2.368 obras

- 685 Escolas Tempo Integral
- 1.683 Creches/Escolas Educação infantil

Situação:

- 1.787 em obra ou licitação
- 20% entregue até 2026

A realidade:

Na área da educação básica, o governo apresenta dados de evolução e entregas atreladas ao Novo PAC, apresentando recortes discrepantes daqueles previstos no portal de acompanhamento.

A apresentação da Casa Civil apresenta dados sem comprovações e discrepantes daqueles passíveis de extração da página dedicada ao PAC Seleções da Casa Civil. Em breve recorte dos dados, no pacto pela retomada das obras da educação, contam 3.434 obras em vários estágios: em ação preparatória, em execução, concluída e em licitação/leilão.

No caso das escolas em tempo integral, quantitativo que condiz com o dado do portal do Novo PAC, todas as 685 obras ali listadas estão vinculadas a ações preparatórias ou em licitação. Ou seja, sem nenhuma previsão de entrega.

Na apresentação:

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E SUPERIOR



- 148 Novas Sedes de Campi
- 138 para Educação Profissional
- 10 para Educação Superior

Situação:

- 99 em obra ou licitação e 4 concluídos
- 100% das obras em andamento e 30% entregue até 2026



158 Novas Estruturas Acadêmicas

- 39 para Educação Profissional
- 119 para Educação Superior

Situação:

- 87 em obra ou licitação;
- 28 concluídos
- 30% entregue até 2026



- 269 Restaurantes na Educação Profissional
- Obras e Equipamentos
- 183 em obra ou licitação; e 29 concluídos
- 75% entregue até 2026

A realidade:

Os números não batem. No campo da educação profissional e superior, a apresentação da Casa Civil, como em outras situações, apresenta dados discrepantes das informações contidas na própria página dedicada ao Novo PAC, com promessas de entregas não factíveis ainda em 2026, ano eleitoral.

Na educação profissional, o governo alega fazer uma entrega de 75% em obras e equipamentos. Mencionando restaurantes nesse segmento educacional, e outras 183 obras e equipamentos. Ocorre que a própria Casa Civil informa que até abril de 2025, apenas 183 empreendimentos foram concluídos dentre: obras de infraestrutura, estruturas acadêmicas e salas de aula; restaurantes estudantis; complexos esportivos; construções ou reforma de laboratórios; sedes de campus e de Reitoria; equipamentos e mobiliários para atendimento de diversas unidades, inclusive laboratórios e bibliotecas; e usinas fotovoltaicas. Mesmo somando a informação de outras 288 obras em andamento, 26 em contratação e outras 104 em ação preparatória, o número não fecha com os apresentados pelo governo no último dia 26 de agosto.

Na apresentação:

INOVAÇÃO E PESQUISA

- Avançamos na **construção do laboratório de máxima contenção biológica (NB4) – ORION**, obra para 2026.
- Construímos a **1ª linha de luz síncroton da fase II do Acelerador de Partículas SIRIUS**. Até 2026 serão entregues mais 6 linhas.
- Sede da Embrapa Alagoas (Alimentos e Territórios) a ser entregue em 2025 – a primeira das 03 Unidades de Pesquisa no Novo PAC.

A realidade:

Nas áreas da inovação e pesquisa, o governo apresenta resultados de entregas ainda durante seu governo. Porém, os dados de execução dos projetos apontam para outro resultados.

Segundo dados do Portal do PAC da Casa Civil, a construção da sede da Embrapa Alimentos e Territórios em Alagoas, que o governo afirma entregar ainda em 2025, atingiu apenas 43% de execução da obra. Já os projetos ORION e SIRIUS, com previsões de entrega em 2026, estão em fase inicial das obras, com apenas 12% e 15% de sua execução, respectivamente.

Na apresentação:

CULTURA – ESPORTES – SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA



Retomada e Conclusão de 188 obras:

- 144 – Patrimônio Cultural
- 44 – Centros Culturais e Esportivos

Situação:

- 79 em obra ou licitação e 35 concluídas
- 30% entregue até 2026



Novas Seleções - 225 novas obras:

- 195 CEUS da Cultura
- 30 CONVIVES

Situação:

- 134 em licitação
- 20% entregue até 2026



500 Centros Esportivos Comunitários

- 237 em obras ou licitação
- 20% entregue até 2026

A realidade:

Nas áreas de cultura, esportes e segurança pública, mais uma vez, o governo apresenta metas, entregas e resultados discrepantes daqueles informados pela própria Casa Civil, em sua página dedicada ao Novo PAC.

O governo inflou dados de obras e entregas, desafiando suas próprias metas estabelecidas para o PAC, enquanto programa de infraestrutura de longa duração.

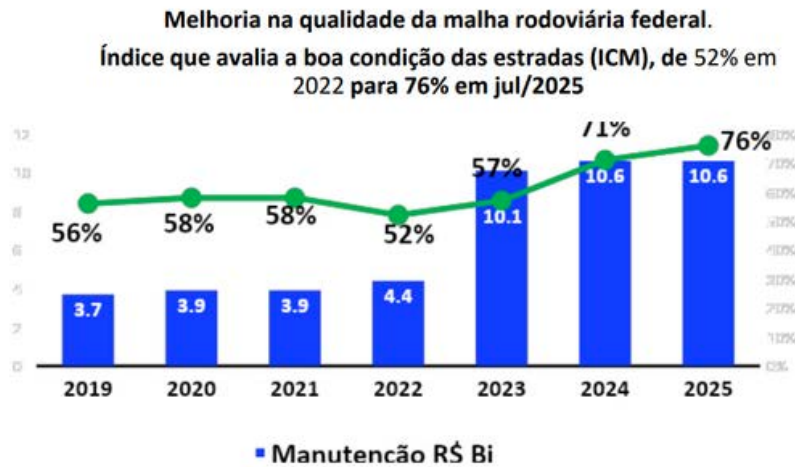
Segundo o ministro Chefe da Casa Civil, há previsão de 500 centros esportivos comunitários, com 237 em obras ou licitação, com previsão de entrega até 2026. Porém, o portal do PAC informa 240 espaços esportivos comunitários e a retomada de 21 centros esportivos. Dados detalhados, apontam que dos 240 espaços, apenas 25 estão em execução. Os demais estão em fases de licitação ou preparatórias.

Na cultura o contraste dos dados não são muito diferentes.

Na apresentação:

TRANSPORTE EFICIENTE E SUSTENTÁVEL

RODOVIAS



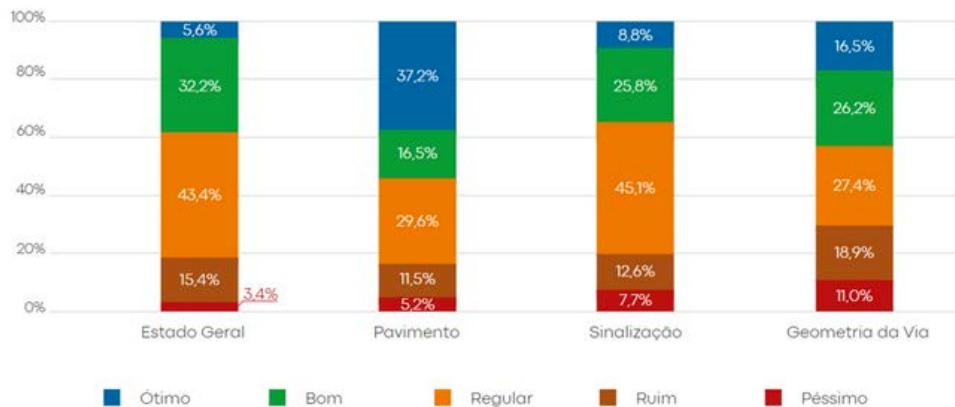
A realidade:

O slide, printado sem cuidado de uma publicação da CNT, não menciona que a melhora se deu sobretudo nas rodovias concedidas.

Os [resultados reais da pesquisa](#) apontam que:

GRÁFICO 68

Resumo das características – Extensão federal



Fica evidente com os dados que a extensão federal não tem a qualidade que o governo divulga, sobretudo nos trechos não concedidos.